





Cuidados públicos em saúde bucal ofertado às pessoas com deficiência: a educação permanente no Sistema Único de Saúde

Poliana Lara Braun¹ [0009-0000-2384-2153](https://orcid.org/0009-0000-2384-2153)Saulo Vinicius da Rosa¹ [0000-0002-7107-9575](https://orcid.org/0000-0002-7107-9575)Juliana Schaia Rocha Orsi¹ [0000-0001-7056-7422](https://orcid.org/0000-0001-7056-7422)Renata Iani Werneck¹ [0000-0003-1134-5357](https://orcid.org/0000-0003-1134-5357)Samuel Jorge Moysés¹ [0000-0003-3075-6397](https://orcid.org/0000-0003-3075-6397)¹Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Curitiba, Paraná, Brasil.

Correspondência:

Saulo Vinicius da Rosa

E-mail: sauloviniicius@hotmail.com

Recebido: 22 ago. 2023

Aprovado: 21 nov. 2023

Última revisão: 03 maio 2024

Resumo Objetivou-se avaliar a educação permanente em saúde voltada para cirurgiões-dentistas vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e suas habilidades e competências desenvolvidas durante o Curso de Atenção e Cuidado da Saúde Bucal da Pessoa com Deficiência. Foi um estudo transversal e qualitativo com uso de questionário semiestruturado, a amostra ocorreu por conveniência. Os participantes em sua maioria eram do sexo feminino (90%), com média de idade de 40 anos e tempo médio de formação de 16,9 anos. Após o término do curso, 90% continuaram atuando no SUS e, desses, 82,5% trabalhando na atenção primária. Ao relatarem sobre se sentirem aptos a atender pessoas com deficiência, após a finalização do curso, 80% responderam que sim e em casos de menor complexidade. Houve diferença estatística quando comparado o tempo de formado com se teve ou não a disciplina de pacientes com necessidades especiais durante a graduação ($p=0,02$). Conclui-se que os egressos do curso participantes da pesquisa conseguem resolver casos que demandam menor complexidade, presumindo que a qualificação recebida permite responder com maior resolutividade os atendimentos dos pacientes com deficiência.

Descritores: Pessoas com Deficiência. Sistema Único de Saúde. Educação Continuada.

Atención pública de salud bucal ofrecida a personas con discapacidad: educación continua en el Sistema Único de Salud

Resumen El objetivo fue evaluar la educación continua en salud dirigida a cirujanos dentistas vinculados al Sistema Único de Salud (SUS) y sus habilidades y competencias desarrolladas durante el Curso de Atención y Atención en Salud Bucal a Personas con Discapacidad. Fue un estudio transversal y cualitativo mediante el uso de un cuestionario semiestruturado, la muestra se utilizó por conveniencia. La mayoría de los participantes eran mujeres (90%), con una edad media de 40 años y un tiempo medio de formación de 16,9 años. Después de finalizar el curso, el 90% continuó trabajando en el SUS y, de ellos, el 82,5% trabajó en la atención primaria. Al reportar sentirse capaz de atender a personas con discapacidad, luego de finalizar el curso, el 80% respondió que sí y en los casos de menor complejidad. Hubo diferencia estadística al comparar el tiempo transcurrido desde la graduación con si hubo o no una asignatura sobre pacientes con necesidades especiales durante la graduación ($p=0,02$). Se concluye que los egresados del curso que participan en la investigación son capaces de resolver casos que requieren menor complejidad, asumiendo que la calificación recibida les permite responder con mayor resolución a la atención de pacientes con discapacidad.

Descriptor: Personas con Discapacidad. Sistema Único de Salud. Educación Continua.

Public oral health care offered to people with disabilities: continuing education in the Unified Health System

Abstract This study aimed to evaluate continuing health education for dental surgeons linked to the Unified Health System (SUS) and the skills and competencies developed during an oral health care and attention course for people with disabilities. This cross-sectional, qualitative study used a semi-structured questionnaire and convenience sample. Most participants were women (90%), with an average age of 40 years and average training duration of 16.9 years. After finishing the course, 90% of the students continued working in the SUS, and of these, 82.5% worked in primary care. When reporting feeling able to serve people with disabilities after completing the course, 80% responded yes in cases of less complexity. There was a significant difference between the time since

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.en>



graduation and whether there was a subject with special needs at graduation ($p=0.02$). It was concluded that graduates participating in the study could solve cases that require less complexity if the qualifications received allowed them to respond with greater resoluteness to the care of patients with disabilities.

Descriptors: Disabled Persons Unified Health System. Education, Continuing.

INTRODUÇÃO

O acesso a serviços odontológicos públicos pelas pessoas com deficiência deve ocorrer pela porta de entrada da rede de atenção à saúde (RAS) do Sistema Único de Saúde (SUS), ou seja, a Atenção Básica (AB), salvo os casos de urgência e emergência¹. Porém, as pessoas com deficiência ainda encontram barreiras no acesso a esses serviços, o que por muitas vezes podem atrasar ou inviabilizar o tratamento odontológico²⁻⁴.

No Brasil, observou-se na última década uma clara tendência do SUS para organizar e oferecer o cuidado as pessoas que, por algum motivo, necessitam de atendimento odontológico específico. Esses pacientes são aqueles que possuem problemas sistêmicos, físicos, neurológicos, ou ambos, e a complexidade de tratá-los requer um conhecimento específico por parte do cirurgião-dentista e da equipe de saúde bucal, em interação interprofissional⁵.

Durante o processo de trabalho em saúde de uma equipe, a educação permanente em saúde (EPS) faz com que haja uma reflexão, avaliação e (re)construção das ações planejadas e efetivamente realizadas^{6,7}. A EPS surge da necessidade diagnosticada de temas que sejam necessários e aplicáveis no trabalho da equipe de saúde, auxiliando a prática profissional através do processo educativo^{7,8}. A EPS valoriza as práticas e as vivências cotidianas dos profissionais envolvidos com seu público, estimulando a criatividade e problematização das rotinas de trabalho e das situações inusitadas, buscando resolver os problemas encontrados e assim exercitar os novos conhecimentos adquiridos^{9,10}.

A Política Nacional para Educação Permanente em Saúde (PNEPS) visa à aprendizagem como uma atividade diária, sistemática e programada dos profissionais atuantes e tem entre seus objetivos melhorar a formação de profissionais que atuam no SUS. Assim, produzindo a interação de profissionais, o seu desenvolvimento pessoal, além de reforçar a relação das ações de formação dos serviços de saúde e a gestão do sistema¹¹. A necessidade de promover um conhecimento sólido, baseado em evidências científicas, somado à insuficiência detectada de profissionais capacitados para atender pessoas com deficiência, faz com que haja iniciativas de cursos de formação de competências para profissionais ligados ao SUS. O Ministério da Saúde, atento à necessidade de investimento na equipe de saúde bucal (cirurgiões-dentistas e auxiliares/técnicos) para o atendimento qualificado às pessoas com deficiência no SUS, em todos os estados do Brasil, propôs a oferta do curso "Capacitação de Profissionais da Odontologia Brasileira Vinculados ao SUS para a Atenção e o Cuidado da Saúde Bucal da Pessoa com Deficiência"¹².

O curso foi dividido em 120 horas de estudos e atividades de educação a distância (EaD), realizadas por meio de uma plataforma digital; no último módulo, o aluno deveria participar de um módulo presencial de 40 horas nas Universidades parceiras do curso em cada estado do Brasil. Eram dois eixos temáticos dos módulos a distância, sendo subdivididos de acordo com os assuntos e formação do profissional: cirurgião-dentista (Eixo 1: Introdução ao Estudo da Pessoa com Deficiência e Eixo 2: Atenção e Cuidado da Saúde Bucal da Pessoa com Deficiência)¹². Destarte, firmou-se uma parceria contanto com a iniciativa da Coordenação Geral de Saúde Bucal, do Ministério da Saúde, e o "Grupo Saber Tecnologias Educacionais e Sociais da Universidade Aberta do SUS, ligado à Universidade Federal de Pernambuco".

Diante desse contexto, objetivou-se avaliar a educação permanente de profissionais de saúde bucal ligados ao SUS e suas habilidades e competências desenvolvidas durante o Curso de Atenção e Cuidado da Saúde Bucal da Pessoa com Deficiência, em associação com a Universidade Aberta do SUS – Universidade Federal de Pernambuco, e o Instituto Saber.

MÉTODO

Este é um estudo transversal e quantitativo, realizado entre agosto de 2018 e julho de 2019. O estudo envolve seres humanos como participantes e, portanto, foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade

Católica do Paraná (CEP-PUCPR) e aprovado sob o parecer no 2.744.952. Posteriormente, foi submetido ao CEP da Secretária Municipal de Saúde (SMS) de Curitiba, aprovado sob o parecer no 2.796.640.

O instrumento de pesquisa foi aplicado, em sua versão já testada em estudo piloto, buscando avaliar a formação de profissionais de saúde bucal ligados ao SUS no estado do Paraná, que foram capacitados no curso. As variáveis inseridas no questionário estavam relacionadas: a) Formação e atuação profissional e b) Formação no curso e atendimento odontológico da pessoa com deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde.

Inicialmente, a proposta almejada era de um censo dos participantes do curso, constituída por um total de 274 profissionais, sendo 196 cirurgiões-dentistas e 78 auxiliares de saúde bucal do estado. O questionário *online* via Google Formulários® semiestruturado de autorrelato¹³ foi enviado via e-mail para egressos que realizaram o referido curso. Foi realizado o contato com todas as coordenações de Saúde Bucal das vinte e duas Regionais de Saúde do estado do Paraná, divulgando a pesquisa e pedindo apoio para divulgação do questionário entre os municípios de sua área de abrangência. Além do contato via correio eletrônico, houve contato por redes sociais e aplicativos de mensagem.

Após contato persistente com os profissionais egressos do curso e não obtendo sucesso na totalidade das devolutivas, optou-se então por uma amostra por conveniência, visando apenas à inclusão de cirurgiões-dentistas. Sendo assim, a partir do número de 196 cirurgiões-dentistas formados pelo curso no Paraná e devidamente contatados, o número final de respondentes foi de 40 participantes; esta taxa de resposta permitiu calcular, para 95% de confiança, uma margem de erro de 13,80%. Esses egressos responderam o referido questionário em plataforma eletrônica, após aceitarem participação na pesquisa mediante confirmação eletrônica do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, disponibilizado na mesma plataforma.

Para a exploração dos dados foi utilizada estatística descritiva e análises bivariadas com o Teste T de Student e Teste Qui-quadrado para amostras independentes, para a hipótese de que o curso sob análise gerou diferenças de competências antes e depois de sua realização. A análise foi realizada no *software* Statistical Package for Social Science for Windows (SPSS) versão 2.5 (IBM, Armonk, NY, EUA).

RESULTADOS

A amostra foi composta por 40 profissionais que preencheram o questionário. Para as questões de anos de atuação no SUS e anos de formação, a amostra foi de 29 respostas.

A distribuição de frequência para dados de sexo, idade, anos de formação e tempo de atuação no SUS, está descrita na Tabela 1, em que se pode observar um maior número para o sexo feminino, com uma média de idade de 40,08 anos, e média para o tempo de formado de 16,93 anos. O cirurgião-dentista que atua há mais tempo no SUS tem 32 anos de exercício da profissão, sendo de três anos o tempo mínimo.

Na Tabela 2 observa-se que a maioria dos participantes da pesquisa continuou atuando no SUS após finalizar o curso. O nível de atenção em que atuam, em sua maioria, foi na atenção básica. Quando perguntados quando começaram a atender pessoas com deficiência no SUS, 82,5% relataram que foi antes de iniciar o curso e que aplicam as Políticas de Inclusão da Pessoa com Deficiência em seus atendimentos (85%). Oitenta por cento dizem se sentirem aptos a atender pessoa com deficiência, em casos com um nível de complexidade menor, em situações clínicas com estrutura, equipamentos e materiais suficientes. Sessenta por cento dos profissionais sentiram vontade de continuar estudando o assunto, porém não realizaram mais cursos. Nos casos em que não conseguem resolver, 32,5% encaminham para o Centro de Especialidades Odontológicas (CEO) em uma cidade vizinha.

Na Tabela 3 pode-se observar as variáveis comparadas e houve diferença significativa apenas para uma variável: a média de anos que o profissional está formado, quando comparado se ele teve ou não uma disciplina específica que tratasse do assunto de pessoas com deficiência durante sua graduação em Odontologia. Quanto maior era o tempo de formado do cirurgião-dentista, menor era a chance de ele ter tido a disciplina durante sua formação; sendo assim, os que tiveram a disciplina durante a graduação possuem menos tempo de formados ($p=0,02$).

Tabela 1. Distribuição de frequências para sexo, idade, anos de formação e tempo de atuação no SUS, para profissionais que realizaram o Curso de capacitação para Atenção em Saúde Bucal da Pessoa com Deficiência.

Variáveis	n	%	Média	Mediana	Mínimo	Máximo	Desvio Padrão
Sexo							
Feminino	36	90	-	-	-	-	-
Masculino	4	10	-	-	-	-	-
Total	40	100	-	-	-	-	-
Idade	40	100	40,08	38,50	27	64	± 8,22
Anos de atuação no SUS	29	72,5	13,55	10,00	3	32	± 8,79
Anos de formação	29	72,5	16,93	15,00	5	40	± 9,13

Tabela 2. Distribuição de frequência para as variáveis do questionário (n=40).

Questões	n	%
<i>Após concluir o curso continuou atuando no SUS?</i>		
Sim	36	90
Não	4	10
<i>Qual nível de Atenção do SUS você trabalha?</i>		
Atenção Básica	33	82,5
Centro de Especialidades Odontológicas – CEO	3	7,5
Não atuo mais no SUS	1	2,5
Outro	3	7,5
<i>Você aplica as Políticas de inclusão para pessoas com deficiência em seus atendimentos?</i>		
Sim	34	85
Não	2	5
Não conheço as políticas	4	10
<i>Em que momento você começou a atender pessoas com deficiência no SUS?</i>		
Antes de iniciar o curso	33	82,5
Durante o curso	4	10
Após concluir o curso	1	2,5
Não atendo mesmo concluindo o curso	1	2,5
Não atuo mais no SUS	1	2,5
<i>Após terminar o curso você sentiu vontade de continuar estudando o assunto de atendimento a pessoas com deficiência?</i>		
Sim, realizei outros cursos como atualização, aperfeiçoamento ou especialização sobre o assunto	5	12,5
Sim, mas não realizei mais cursos sobre o assunto	24	60
Sim, me mantenho informado sobre o assunto através da literatura	9	22,5
Não, acho que o que aprendi no curso foi o suficiente	2	5
<i>Após finalizar o curso Atenção e Cuidado da Saúde Bucal da Pessoa com Deficiência você sentiu-se apto a atender pessoas com deficiência?</i>		
Sim, em todos os casos	6	15
Sim, mas apenas em casos sem complexidade, onde eu tinha estrutura e materiais disponíveis	32	80
Não	2	5
<i>Qual desses materiais você possui na Unidade onde trabalha? (*poderia assinalar mais de um)</i>		
Contenção para atendimento de pacientes especiais	6	15
Almofadas, encosto de cabeça, e tudo que posso trazer conforto, etc.	4	10
Oxigênio	6	15
Materiais para primeiro atendimento de emergência	6	15
Óxido Nitroso	1	2,5
Não possuo nem um desses materiais	23	57,5
Não atuo mais no SUS	3	7,5
<i>Em casos em que você não consegue resolver o tratamento do paciente, para onde você ou sua equipe encaminha?</i>		
Para o Centro de Especialidades Odontológicas – CEO na própria cidade	10	25
Para o Centro de Especialidades Odontológicas – CEO em cidades vizinhas	13	32,5
Não tenho para onde encaminhar	4	10
Não atuo mais no SUS	2	5
Outro	11	27,5
<i>Quando o paciente é encaminhado, como é marcada a consulta para o centro de referência?</i>		
Já sai com a consulta agendada da própria unidade	8	20
O paciente precisa ir até uma central de marcações de consulta do município	14	35
O paciente agenda diretamente no centro de referência	7	17,5
O paciente pode agendar por telefone	2	5
Não atuo mais no SUS	2	5
Outro	7	17,5
<i>Durante sua graduação como Cirurgião dentista, você teve alguma disciplina específica sobre pessoas com deficiência/pacientes com necessidades especiais?</i>		
Sim	13	32,5
Não	27	67,5

Tabela 3. Comparação de variáveis.

Variáveis	Teve a disciplina de pacientes com necessidades especiais?			Valor p
	Sim (12)	Não (17)		
<i>Média de tempo de formado</i>	12,9 (±5,6)	19,7 (±10,1)		0,02*
<i>Em que momento você começou a atender pessoas com deficiência no SUS?</i>				
Antes de iniciar o curso	12 ^a	21 ^a		0,12
Durante o curso	0 ^a	4 ^a		
Após concluir o curso	0 ^a	1 ^a		
Não atendo mesmo concluindo o curso	1 ^a	0 ^a		
Não atuo mais no SUS	0 ^a	1 ^a		
Após finalizar o curso Atenção e Cuidado da Saúde Bucal da Pessoa com Deficiência você sentiu-se apto a atender/auxiliar pessoas com deficiência?	Sim, em todos os casos	Sim, mas apenas em casos sem complexidade	Não	
<i>Em que momento você começou a atender pessoas com deficiência no SUS?</i>				
Antes de iniciar o curso	6 ^a	25 ^a	2 ^a	0,90
Durante o curso	0 ^a	4 ^a	0 ^a	
Após concluir o curso	0 ^a	1 ^a	0 ^a	
Não atendo mesmo concluindo o curso	0 ^a	1 ^a	0 ^a	
Não atuo mais no SUS	0 ^a	1 ^a	0 ^a	
<i>Após terminar o curso você sentiu vontade de continuar estudando o assunto de atendimento a pessoas com deficiência?</i>				
Sim, realizei outros cursos como atualização, aperfeiçoamento ou especialização sobre o assunto	2 ^a	3 ^a	0 ^a	0,12
Sim, mas não realizei mais cursos sobre o assunto	2 ^a	20 ^a	2 ^a	
Sim, me mantenho informado sobre o assunto através da literatura	2 ^a	7 ^a	0 ^a	
Não, acho que o que aprendi no curso foi o suficiente	0 ^a	2 ^a	0 ^a	

*Test t de Student valor de p <0,05. Teste Qui-quadrado - Letras diferentes indicam diferença estatística (valor de p <0,05)

DISCUSSÃO

Os egressos do curso (participantes da pesquisa) mostraram que em sua maioria continuam atuando no Sistema Único de Saúde, principalmente na porta de entrada do sistema a Atenção Básica, e o atendimento odontológico à pessoa com deficiência já ocorria antes de iniciar a capacitação. O tempo de formado chamou a atenção como média de 16 anos e tempo médio de atuação no SUS de 13 anos, o que pressupõe um entendimento do funcionamento da Rede de Atenção à Saúde (RAS).

O curso "Capacitação de Profissionais da Odontologia Brasileira Vinculados ao SUS para a Atenção e o Cuidado da Saúde Bucal da Pessoa com Deficiência", buscou por meio de livros dispostos em três volumes, aulas a EaD e atividades correlatas, fomentar a capacitação de profissionais, integrantes das equipes de saúde bucal do SUS, com os conhecimentos necessários para o atendimento à pessoa com deficiência. Reafirmando, desse modo, o direito de acesso e cuidados em saúde bucal, descartando qualquer tipo de discriminação¹⁴⁻¹⁶.

O acesso da pessoa com deficiência no SUS sempre deveria ocorrer pela porta de entrada – a unidade de saúde prestadora da Atenção Básica. Quando isso não é possível, devido à complexidade de sua condição, a pessoa deve ser encaminhada aos CEO. A portaria nº 599/GM, de 23 de março de 2006, pressupõe a garantia do atendimento especializado das pessoas com deficiência na saúde pública^{17,18}. A inclusão dos CEO à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência visa ao atendimento exclusivo de, no mínimo, 40 horas semanais dedicadas a essas pessoas, nos centros que optarem pela adesão^{19,20}.

Porém, antes de chegar até a Atenção Especializada, o paciente deve ser atendido na Atenção Básica, segundo a Linha Guia de Saúde Bucal do estado do Paraná. O manejo de comportamentos/reações dos pacientes deve ser feito pelos profissionais durante o atendimento; quando isso não for possível ou não obtiver sucesso, o paciente deve ser encaminhado aos profissionais que concluíram o curso de capacitação referido nesta pesquisa, e que sejam do mesmo município do paciente – especialmente se a cidade não possuir o CEO²¹. Isso corrobora os achados desta pesquisa, em que os sujeitos de pesquisa capacitados no curso conseguem em sua maioria atender pessoas com deficiência em casos sem grande complexidade, e quando necessário realizam o encaminhamento para o CEO.

Nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Odontologia encontram-se as competências que o estudante de graduação deve desenvolver durante sua formação. Elas englobam: Atenção à saúde; tomada de decisões; Comunicação; Liderança; Gestão em Saúde e Educação Permanente. Na área de estrutura curricular e conteúdos curriculares essenciais para os cursos de graduação em Odontologia, a atenção à pessoa com deficiência está descrita como conteúdo curricular teórico e prático, sendo que o contato do graduando com essa população deve ocorrer²².

Como relatado nos resultados, os profissionais formados há mais tempo não tiveram uma disciplina que tratasse de assuntos do atendimento às pessoas com necessidades especiais ou pessoas com deficiência. Bonatto *et al.* (2013)²³, avaliaram as instituições de ensino superior que ofertavam a disciplina de pacientes com necessidades especiais como componente curricular; das 221 instituições analisadas, apenas 56 ofertavam essa disciplina nas formas obrigatória e optativa. Algumas possuem apenas aulas teóricas, outras aulas práticas e aulas teórico-práticas. Em alguns estados do Brasil, nos cursos de Odontologia, a disciplina de Pacientes com Necessidades Especiais (PNE), em que deveriam constar os cuidados na pessoa com deficiência, não chega nem a ser ofertada. São cursos em estados localizados na Região Norte (Acre, Amapá, Roraima, Rondônia), Nordeste (Alagoas e Sergipe) e Centro-Oeste (Goiás e Mato Grosso). Esses achados corroboram com os resultados encontrados nesta pesquisa, em que 67,5% dos profissionais formados pelo curso não tiveram formação durante a graduação para o atendimento de PNE. Resultado semelhante foi encontrado por Lawrence *et al.* (2014)²⁴, em que 80% dos cirurgiões-dentistas entrevistados não tinham em sua formação uma disciplina que abordasse o atendimento odontológico de pacientes com necessidades especiais. Analisando o perfil de cirurgiões-dentistas que atendem pessoas com necessidades especiais, Barros *et al.* (2013)²⁵ descrevem que a maioria dos profissionais entrevistados trabalhavam em instituição pública, e que apenas 32,5% tinham recebido capacitação para o atendimento. A maioria cita que o aprendizado não foi suficiente. Dos que não tinham recebido capacitação, 88% gostariam de ter recebido, tendo em vista que 84% encontram dificuldades durante o atendimento a esses pacientes. A maioria dos entrevistados afirma que gostaria de ter tido uma disciplina específica de atendimento às pessoas com necessidades especiais na graduação e apoiam a inclusão dela nos novos currículos.

Fonseca *et al.* (2010)²⁶ analisaram, de forma qualitativa, a percepção de cirurgiões-dentistas sobre o atendimento de crianças com necessidades especiais. A metodologia propunha abordar essa análise em duas etapas: através de observação de campo, acompanharam os atendimentos dos cirurgiões-dentistas; e em uma segunda etapa, realizaram entrevistas por meio de questionários com os profissionais. Os dados foram analisados pela técnica de análise de conteúdo, com transcrição das falas dos participantes. Os autores concluem que os serviços de saúde pública precisam ser efetivos no atendimento a pessoas com necessidades especiais, tendo a necessidade de receber capacitação para mudar o olhar e enxergar o paciente como um todo.

De acordo com os resultados, a maior parte dos cirurgiões-dentistas participantes da pesquisa provinham da atenção primária, o que está em consonância com os objetivos do curso que era de capacitar 6.000 mil profissionais da atenção primária e 600 da atenção especializada em todo o Brasil¹². Por sua vez, os profissionais habilitam-se a estar adequadamente capacitados para acolher no primeiro nível de atenção dos sistemas de saúde, direcionados para a promoção, prevenção, reabilitação e a manutenção da saúde. Adicionalmente, saber diagnosticar, triar e realizar o encaminhamento para unidades de atenção especializada, quando necessário^{14,15}.

A Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência, desenvolvida para consolidar as normas de proteção para esta população, está voltada para a inclusão, objetivando assegurar o exercício dos direitos individuais e sociais dos

pacientes. Ela envolve a importância dos conhecimentos necessários para formação de equipes de saúde bucal, a fim de assegurar os direitos humanos, melhorando a compreensão e atenção às pessoas com deficiência. A assistência odontológica faz parte dessa Política Nacional, abrangendo o atendimento ambulatorial quando ele é possível de realizar²⁷. Nos achados desta pesquisa, 85% dos respondentes dizem seguir as Políticas de Saúde da Pessoa com Deficiência, levando a uma reflexão de que as ações para o esforço coordenado de atendimento a essas pessoas na atenção primária estão sendo realizadas pelos profissionais capacitados pelo curso.

Destaca-se a importância da aprendizagem significativa, que leva em consideração os saberes prévios dos estudantes e faz com que haja uma problematização voltada para a realidade de trabalho do profissional, ou seja, voltada para o serviço de saúde. O uso da EaD pode facilitar a quebra de barreiras da educação permanente, fazendo com que a formação chegue a um número maior de profissionais. A relação da PNEPS e a Odontologia é destacada no estudo de Almeida *et al.* (2022)²⁸, onde cirurgiões-dentistas participaram em uma pesquisa qualitativa. As categorias abordadas dizem respeito a necessidade de atividades de educação permanente, aprendizagem significativa, trabalho em equipe e tecnologias digitais. Um dos desafios citados era a falta de atividades em relação a Odontologia em cursos multiprofissionais que os respondentes participaram, sendo uma facilidade os cursos em modalidade EaD e presencial.

O acesso à internet pode ser um limitante quando de cursos EaD, para avaliar o uso da tecnologia educacional *web-based* por cirurgiões-dentistas e auxiliares de saúde bucal cadastrados no curso de Capacitação para Atenção e Cuidado da saúde bucal da pessoa com deficiência, um estudo questionou os profissionais que realizaram o curso de capacitação em todo o Brasil em relação ao uso da internet para estudos, destaca-se entre os resultados que a maioria fazia acesso em casa e que tinham um certo grau de dificuldade com novos recursos tecnológicos. Esse tipo de formação tem a desvantagem da necessidade de colaboração e disciplina por parte do estudante, por outro lado uma das vantagens é tornar o profissional protagonista do seu próprio aprendizado²⁹.

Entre as limitações do estudo está a dificuldade em contatar os egressos do curso, isso fez com que a amostra da pesquisa fosse baixa mediante ao número de profissionais que finalizaram a capacitação, com isso, não se pode extrapolar os resultados para a população estudada. Uma hipótese pelo baixo número de respostas pode estar vinculada a data em que a pesquisa foi realizada (2018-2019) e a data em que o curso foi finalizado (2014). Com isso novos estudos devem ser realizados, se possível abordando os egressos de todo o Brasil.

CONCLUSÃO

Os participantes da pesquisa em sua maior parte mantêm-se atuando na atenção primária, na qual conseguem atuar em casos que demandam menor complexidade, podendo, portanto, a partir da qualificação recebida, responder com resolutividade aos atendimentos dos pacientes com deficiência. A maioria dos entrevistados relatou não ter recebido, durante a graduação, a formação para atendimento da pessoa com deficiência, evidenciando a importância do desenvolvimento de ações de educação permanente no serviço.

REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério da Saúde. A Saúde Bucal no Sistema Único de Saúde. Brasília; 2018. p. 354.
2. Rosa SV, Moyses SJ, Theis LC, Soares RC, Moyses ST, Werneck RI, et al. Barriers in access to dental services hindering the treatment of people with disabilities: a systematic review. *Int J Dent* [Internet]. 2020;2020:9054618. doi: <https://doi.org/10.1155/2020/9074618>
3. Rosa SV. Atenção em Saúde Bucal para Pessoas com Deficiência no Sistema Único de Saúde. Pontifícia Universidade Católica do Paraná; 2021.
4. Pires MM, Marques-Pires M, Rosa SV, Costa EE, Caldarelli PG, Brancher JA, Gabardo MCL. Atendimento de pacientes com necessidades especiais em Centros de Especialidades Odontológicas brasileiros: uma revisão integrativa da literatura. *Arq Odontol* [Internet]. 2022;58:245-255. doi: <https://doi.org/10.35699/2178-1990.2022.39607>
5. Marega T, Gonçalves AR, Romagnolo F. *Odontologia Especial*. São Paulo: Quintessence; 2018. 399 p.

6. Ceccim RB. Educação Permanente em Saúde: desafio ambicioso e necessário. *Comunic, Saúde, Educ* [Internet]. 2005;9(16):162-177. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832005000100013>
7. Bomfim EDS, Oliveira BG, Rosa RS, Almeida MVG, Silva SS, Araujo IB, et al. Educação permanente no cotidiano das equipes de saúde da família: utopia, intenção ou realidade? Permanent education in everyday of family health teams: utopia, intention or reality? *Rev Pesqui Cuid Fundam Online* [Internet]. 2017;9(2):526. Doi: <https://doi.org/10.9789/2175-5361.2017.v9i2.526-535>
8. Carotta F, Kawamura D, Salazar J. Educação permanente em saúde: uma estratégia de gestão para pensar, refletir e construir práticas educativas e processos de trabalhos. *Saúde Soc* [Internet]. 2009;1:48–51.
9. Borges EI, Silva AIPA, Abrahão AIL. Efeito pororoca na educação permanente em saúde: sobre a interação pesquisa-trabalho. *Rev Bras Enferm* [Internet]. 2018;71(4):1872–1889. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0462>
10. Campos KFC, Marques RC, Silva KL. Continuing education: speeches by professionals of one Basic Health Unit. *Esc Anna Nery* [Internet]. 2018;22(4):1–11. doi: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2018-0172>
11. Brasil. Ministério da Saúde. A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde [Internet]. 2009 [citado em 20 de agosto de 2023]. Disponível em: www.saude.gov.br/bvs
12. Silvia A, Lemos P. Estratégias desenvolvidas pelo ministério da saúde no fomento a formação e qualificação dos profissionais de saúde bucal para o SUS: um olhar a partir da ação de qualificação profissional para atenção e cuidado às pessoas com deficiência [Internet]. 2014. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/114675>
13. Polit DF, Beck CT, Hungler BP. Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização. *Nursing research Principles and Methods*; 2004. p. 487.
14. Caldas JR. AF, Machiavelli JL, Campello RIC. Atenção e Cuidado da Saúde Bucal da Pessoa com Deficiência: protocolos, diretrizes e condutas para cirurgiões-dentistas. 1 ed. Recife: Editora Universitária; 2013. 1–225 p.
15. Caldas JRAF, Machiavelli JL. Atenção e Cuidado da Saúde bucal da pessoa com deficiência: protocolos, diretrizes e condutas para auxiliares de saúde bucal. 1 ed. Recife: Editora Universitária; 2015. 163 p.
16. Caldas J AF, Machiavelli JL. Atenção e Cuidado da Saúde bucal da pessoa com deficiência: introdução ao estudo. 1ed. Recife: Editora Universitária; 2015. 65 p.
17. Brasil. Portaria No 599 de 23 de Março de 2006. Define a implantação de Especialidades Odontológicas (CEOs) e de Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias (LRPDs) [Internet]. 2006 [citado em 20 de agosto de 2023]. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0599_23_03_2006.html
18. ScharDOSim LR, Costa JRS, Azevedo MS. Abordagem Odontológica de Pacientes Com Necessidades Especiais em um Centro de Referência no Sul do Brasil. *Rev AcBO* [Internet]. 2015;4(2). Disponível em: <http://www.rvaco.com.br/ojs/index.php/ojs/article/view/254>
19. Brasil. Ministério da Saúde. Portaria no 975, de 14 de setembro de 2012. Adesão do CEO a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência. *Diário Oficial da União* [Internet]. 2012 [citado em 20 de agosto de 2023]. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2012/prt0975_14_09_2012.html
20. Machado WCA, Pereira JS, Schoeller SD, Júlio LCT, Martins MMFPS, Figueiredo NMA. Integralidade na rede de cuidados da pessoa com deficiência. *Texto Context – Enferm* [Internet]. 2018;27(3). doi: <https://doi.org/10.1590/0104-07072018004480016>
21. Paraná. Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Linha de cuidado em Saúde Bucal. Curitiba; 2021. p. 159.
22. Brasil. Ministério da Educação do Brasil. Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Odontologia - Resolução no 3, de 21 de junho de 2021 [Internet]. Brasília; 2021. p. 1–10 [citado em 20 de agosto de 2023]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2021-pdf/191741-rces003-21/file>
23. Bonato LL, Lopes AMS, Silva CM, Itner RG, Silva ACH. Situação atual da formação para assistência de pessoas com necessidades especiais nas faculdades de odontologia no Brasil. *Clinic Pesqui Odontol* [Internet]. 2013;5(1):10–5. Disponível em: <http://periodicos.unitau.br/ojs/index.php/clipeodonto/article/view/1412>
24. Lawrence H, Souza LP, Gonçalves FL, Saintrain MVL, Vieira APGF. Acesso à saúde bucal pública pelo paciente especial: a ótica do cirurgião-dentista. *Rev Prom Saúde* [Internet]. 2014;27(2):190–197. doi: <https://doi.org/10.5020/2620>

25. Barros ALO, Hora IAA, Santos MTBR. Análise do perfil do profissional cirurgião-dentista que atende pacientes com necessidades especiais. *Rev Bras Pesqui Saúde* [Internet]. 2013;15(3):38–44. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/rbps/article/view/6324>
26. Fonseca ALA, Azzalis LA, Fonseca FLA, Botazzo C. Análise qualitativa das percepções de cirurgiões-dentistas envolvidos nos atendimentos de pacientes com necessidades especiais de serviços públicos municipais. *Rev Bras Cresc Desenvolv Hum* [Internet]. 2010;20(2):208–216. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822010000200004
27. Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência [Internet]. Ministério da Saúde. Brasília; 2010 [citado em 20 de agosto de 2023]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-pessoa-com-deficiencia>
28. Almeida JRS, Bizerril DO, Saldanha KGH, Forte FDS, Almeida EL. A Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e sua relação com a odontologia. *Cad Saúde Colet* [Internet]. 2022;30(4). doi: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202230040398>
29. Barbosa ACS, Oliveira CVC, Gueiros MCN, Lima MC, Vasconcelos MMVB, Júnior AFC. Uso da tecnologia educacional web-based por profissionais da Odontologia brasileira. *Rev ABENO* [Internet]. 2018;18(1):25–33. doi: <http://orcid.org/0000-0002-5152-6323>

Conflito de Interesses: Os autores declaram não haver conflito de interesses.

Financiamento: O presente estudo foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Agradecimento: À Fundação Araucária, pela bolsa concedida para realização deste projeto.

Contribuição dos Autores: Concepção e planejamento do estudo: PLB, SVR, SJM. Coleta, análise e interpretação dos dados: PLB, SVR, JSRO, RIW, SJM. Elaboração ou revisão do manuscrito: PLB, SVR, JSRO, RIW, SJM. Aprovação da versão final: PLB, SVR, JSRO, RIW, SJM. Responsabilidade pública pelo conteúdo do artigo: PLB, SVR, JSRO, RIW, SJM.